

ENTRE TENSIONAMENTOS E CONFLITOS NARRATIVOS JORNALÍSTICOS: CONSTRUÇÕES SOBRE A POLÍCIA E/OU O POLICIAL NA MÍDIA IMPRESSA DA AMAZÔNIA PARAENSE

BETWEEN TENSIONS AND NARRATIVE JOURNALISTIC CONFLICTS:
CONSTRUCTIONS ON THE POLICE AND / OR THE POLICE IN THE IMPRESSED
MEDIA OF THE PARAENSE AMAZON

ENTRE TENSIONAMIENTO Y CONFLICTOS NARRATIVOS PERIODISTOS:
CONSTRUCCIONES SOBRE LA POLICIA Y / O EL POLICIAL EN LA MEDIA
IMPRESA DE LA AMAZONIA PARAENSE

Alda Cristina Silva da Costa¹

Denise Cristina Salomão Corrêa²

Mônica Melo Salgado³

Wallace Corrêa Pantoja Junior^{4, 5}

RESUMO

A polícia e/ou os policiais passaram a figurar como atores principais num cenário social em que a violência emerge como um grave problema que aflige grande parte da população

¹ Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora dos projetos de pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia; Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com.

² Graduanda de Comunicação Social, na Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: denisessalomao@gmail.com.

³ Graduanda de Comunicação Social, na Universidade Federal do Pará. Bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: monicameloufpa@gmail.com.

⁴ Graduando de Comunicação Social, na Universidade Federal do Pará. Bolsista do projeto de pesquisa Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia. E-mail: wallacepjr97@gmail.com.

⁵ Endereço de contato com os autores (por correio): Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação. Avenida Augusto Correa, 01, Guamá CEP: 99999-999 - Belém, PA – Brasil.



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 3, Set-Dez. 2018

brasileira. Mesmo diante dessa centralidade de importância dada a esse ator social, como 'instrumento' de segurança pública exercida pelo Estado, constatamos um tensionamento nas construções narrativas jornalísticas, nas quais o discurso sobre a instituição oscila entre heróis e bandidos. A escrita do presente artigo tem como base a seguinte indagação: o que é ou como é representada a polícia e/ou os policiais nas narrativas jornalísticas da mídia impressa paraense? Questão que se ampara no campo das representações sociais, compreendidas nos estudos de Jodelet (1989) sob duas perspectivas: como conhecimento prático, orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação; e, por outro, como construções com caráter expressivo, elaborações de sujeitos sociais sobre objetos socialmente valorizados. Logo, as representações sociais são entendidas a partir do contexto que as engendra e da sua funcionalidade nas interações sociais cotidianas, ou seja, no contexto de sua produção. Como recorte da pesquisa, são tomadas quatro edições do jornal paraense Amazônia, editoria de Polícia, do ano de 2013. Ainda como aporte metodológico, recorreremos à Análise do Discurso, de van Dijk (2008), em que o discurso é entendido como qualquer evento comunicativo na sociedade. Nas análises, encontramos ideias antagônicas e difusas sobre a instituição polícia e/ou sobre os policiais, que, de acordo com os fatos narrados, adquirem *status* de importância em conformidade com os interesses da vida social e dos indivíduos neles envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia; Jornal Amazônia; Representações Sociais; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

The police and / or the police have come to represent as main actors in a social scene in which violence emerges as a serious problem that afflicts great part of the Brazilian population. Even in view of this central importance given to this social actor, as an 'instrument' of public security exercised by the State, we find a tension in the narrative journalistic constructions, in which the discourse on the institution oscillates between heroes and bandits. The writing of this article is based on the following question: what is or how the police and / or police are represented in the journalistic narratives of the print media in Para? A question that fits in the field of social representations, understood in the studies of Jodelet (1989) from two perspectives: as practical knowledge, oriented to the understanding of the world and to communication; and, on the other, as constructions with expressive character, elaborations of social subjects on socially valued objects. Thus, social



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 3, Set-Dez. 2018

representations are understood from the context that engenders them and from their functionality in everyday social interactions, that is, in the context of their production. As a cut of the research, four editions of the Amazonia newspaper, the police magazine, are published in 2013. Still as a methodological contribution, we use the Discourse Analysis, by van Dijk (2008), in which the discourse is understood as any event communicative in society. In the analyzes, we find antagonistic and diffuse ideas about the police institution and / or the police, which, according to the facts narrated, acquire importance status in accordance with the interests of social life and the individuals involved in them.

KEYWORDS: Police; Journal of the Amazon; Social Representations; Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

La policía y / o los policías pasaron a figurar como actores principales en un escenario social en que la violencia emerge como un grave problema que aflige gran parte de la población brasileña. Incluso ante esta centralidad de importancia dada a ese actor social, como "instrumento" de seguridad pública ejercida por el Estado, constatamos una tensión en las construcciones narrativas periodísticas, en las que el discurso sobre la institución oscila entre héroes y bandidos. La escritura del presente artículo tiene como base la siguiente indagación: ¿qué es o cómo es representada la policía y / o los policías en las narrativas periodísticas de los medios impresos paraense? Cuestión que se ampara en el campo de las representaciones sociales, comprendidas en los estudios de Jodelet (1989) bajo dos perspectivas: como conocimiento práctico, orientado a la comprensión del mundo ya la comunicación; y, por otro, como construcciones con carácter expresivo, elaboraciones de sujetos sociales sobre objetos socialmente valorados. Por lo tanto, las representaciones sociales son entendidas a partir del contexto que las engendra y de su funcionalidad en las interacciones sociales cotidianas, o sea, en el contexto de su producción. En el marco de la investigación, se toman cuatro ediciones del diario paraense Amazonia, editorial de Policía, del año 2013. Aun como aporte metodológico, recurrimos al Análisis del Discurso, de van Dijk (2008), en que el discurso es entendido como cualquier evento comunicativo en la sociedad. En los análisis, encontramos ideas antagónicas y difusas sobre la institución policía y / o sobre los policías, que, de acuerdo con los hechos narrados, adquieren status de importancia de acuerdo con los intereses de la vida social y de los individuos en ellos involucrados.



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 3, Set-Dez. 2018

PALABRAS CLAVE: Policía; Diario Amazonia; Representaciones Sociales; Análisis crítico del discurso.

Recebido em: 22.06.2018. Aceito em: 29.07.2018. Publicado em: 01.09.2018.

1 Reflexões iniciais

A princípio, esclarecemos que toda e qualquer abordagem sobre as questões que abrangem a vida social dificilmente será entendida em sua totalidade, considerando os diversos aspectos que regem a complexidade da sociedade e dos indivíduos. Nesse âmbito, o teórico Norbert Elias (1994, p. 12) reflete acerca dessa suposta bipartição, já que as alteridades provocam uma dualidade, de modo que “o ser humano singular, rotulado de indivíduo, e a pluralidade das pessoas, concebida como sociedade, pareçam ser duas entidades ontologicamente diferentes”.

No entanto, o mesmo autor explica que essa possibilidade de compreensão ocorre “não porque possam realmente ser observadas como entidades distintas e opostas, mas porque as pessoas associam essas palavras a sentimentos e valores emocionais diferentes e, muitas vezes, contrários” (ELIAS, 1994, p. 62-63). Para Elias, esses padrões emocionais funcionam como

moldes aos olhos da mente; determinam, em boa medida, quais os fatos percebidos como essenciais e quais os descartados como sem importância ao se refletir sobre as pessoas isoladas e sobre as sociedades que elas formam em conjunto.

Nessa perspectiva, apresentamos a presente escrita e reflexão, levando em conta o panorama descortinado, cotidiana e diariamente, sobre o cenário de violência percebido nas cidades brasileiras, o qual mobiliza profundas implicações sociais, fato que nos impele a uma tentativa de compreensão de como as narrativas jornalísticas constroem sentidos sobre instituições ou atores sociais, que diariamente são mencionados em suas ações com a finalidade de coibir a violência e/ou o medo que afligem as pessoas e limitam o direito delas de ir e vir nos espaços públicos e privados.

Essa tentativa vai ao encontro das discussões de Braga (2017), no sentido de compreender os processos engendrados em interações sociais sob o viés comunicacional. Assim, esta pesquisa

objetiva refletir sobre o que é ou como é representada a polícia e/ou os policiais nas narrativas da editoria de Polícia do jornal impresso paraense *Amazônia*, pertencente às Organizações Romulo Maiorana⁶, e discutir, a partir da análise discursiva, a questão de como essas imagens 'habitam' o universo das nossas relações interativas.

Não podemos falar da instituição polícia sem abordar os aspectos que assombram o dia a dia das pessoas frente ao aumento exponencial da violência urbana e à cobrança da sociedade de ações mais efetivas de 'controle' da criminalidade⁷.

⁶ O grupo ORM entra em operação no Estado do Pará no ano de 1966, quando o comerciante Rômulo Maiorana adquiriu o jornal *O Liberal*, criado em 1945. Nos anos 1970, foram criadas as rádios Liberal AM e Liberal FM e a TV Liberal. Em 1977, essa TV se tornou afiliada da Rede Globo. Em 2000, teve início a publicação do jornal *Amazônia*, que nasceu para concorrer com o jornal *Diário do Pará*.

⁷ Segundo dados do Atlas da Violência 2018, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, equivalendo a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553

Nesse aspecto, o sociólogo Octavio Ianni (2002) percebe a violência como um acontecimento excepcional que atravessa várias ciências sociais e revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas. Segundo ele, a violência na contemporaneidade deve ser observada sob vários aspectos, principalmente como um evento heurístico de excepcional significação, que "revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história" (IANNI, 2002, p. 8). O sociólogo entende "excepcional significação" como a violência que "modifica as suas formas e técnicas, razões e convicções de conformidade com as configurações e os movimentos da sociedade, seja em escala nacional e/ou mundial". Nesses termos, a violência

mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil.

Explicita nexos insondáveis da subjetividade de agentes e vítimas, em suas ilusões e obsessões, ao mesmo tempo que explicita modalidades inimagináveis e verdadeiros paroxismos de processos e estruturas de dominação e subordinação. Revela a alucinação escondida na alienação de indivíduos e coletividades. Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas (IANNI, 2002, p. 9).

Nessa linha discursiva, observamos proliferar os mais diversos debates, tanto na mídia como nos campos político, econômico, acadêmico e social, entre outros, na tentativa de compreender esse fenômeno que assusta a população. Das discussões, muitas resultam na cobrança a quem cabe combater a violência ou gerir a segurança pública na sociedade. Em muitos discursos, principalmente no midiático, a Polícia e /ou os policiais sempre estão envolvidos na relação dicotômica entre violência e indivíduos, seja numa perspectiva crítica

de atuação, seja numa perspectiva de tomada de decisões, considerando que a questão social continua sendo, no Brasil, uma questão de polícia.

Constatamos, desse modo, que oscila na sociedade uma imagem da polícia que figura no limbo entre paz/guerra, herói/bandido, coerção/tranquilidade social. Imagem essa já presente na literatura, quando escritores como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Lima Barreto e João do Rio, em momentos históricos diferentes (segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX), elaboram críticas à polícia, a qual, nas épocas reportadas, configurava-se como instituição preconceituosa e resistente a inovações, bem como praticava violência desproporcional e alta corrupção, conforme historiciza a pesquisa de Brito (2007, p. 120) sobre a imagem da Polícia na literatura brasileira:

Enquanto instituição, a polícia tem uma imagem muito negativa para os quatro autores mais representativos das primeiras décadas da República Brasileira e apenas em texto de Machado de Assis e, especialmente, de Aluísio de Azevedo,

a individualização do homem policial permite um olhar mais positivo. Quanto às funções policiais, o controle da sociedade sob a forma de um policiamento ostensivo é a atividade mais mencionada, bem como atividades que pareceriam condizer mais com um serviço assistencial: recolher mendigos, doentes físicos e mentais. Chama a atenção ainda o uso da expressão polícia como sinônimo de controle e o recurso à ameaça de chamar a polícia para se obter algum tipo de favorecimento, se garantir contra algum infortúnio ou simplesmente causar medo. Em suma, a polícia surge nos textos como uma instituição a ser temida: sua presença ou a ameaça de sua presença causa medo, seja para as crianças (funcionando ela como um bicho-papão), seja para os adultos que passaram ou não pela experiência do contato com ela (BRITO, 2007, p. 126).

Da literatura para o jornalismo diário, observamos que as imagens da violência e do medo são cristalizadas na mídia, em que há todo um aparato textual e imagético de apresentação dos fatos, assim como construções discursivas sobre o papel do Estado no combate ao crime, criando, por vezes, relações antagônicas entre os indivíduos e as instituições (CALDEIRA, 2000; CHESNAIS, 1981; GARLAND, 2000; GLASSNER, 2003; GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

Segundo as reflexões desses autores, o conteúdo difundido pela mídia sobre a violência faz com que ela exerça um papel fundamental como construtora de sentidos, formadora de imagens, assim como colaboradora para a ampliação do sentimento de medo das pessoas diante da criminalidade e das instituições.

Para a realização da análise, escolhemos como fonte de pesquisa quatro edições do jornal paraense *Amazônia*, conforme detalhamento feito no Quadro 01, publicadas ao longo do ano de 2013⁸. Especificamente, selecionamos as matérias da editoria de Polícia, considerando que essa editoria faz uma relação direta entre violência e ação policial.

⁸ As edições compõem o acervo do projeto de pesquisa Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense, executado no período de 2012 a 2015, por meio de parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quadro 01 – Edições do *Amazônia* – 2013

Edição	Dia	Página	Matéria (total na editoria)	Imagens do Policial
26/05/2013	Domingo	8	25	9
25/06/2013	Terça-feira	6	28	3
23/09/2013	Segunda-feira	6	21	1
27/10/2013	Domingo	8	19	4

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Como aporte teórico-metodológico, na análise do material empírico, selecionado aleatoriamente, recorreremos à Análise do Discurso, para a compreensão da tríade discurso-cognição-sociedade, conforme elaboração de van Dijk (2008), que entende o discurso como evento comunicativo. Acerca das representações sociais, abordamo-nas na perspectiva de Jodelet (1989), como um conhecimento prático orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação, mas também, por outro, como construções com caráter expressivo, de sujeitos sociais sobre objetos socialmente valorizados.

Desse modo, as representações sociais são entendidas a partir do contexto que as engendra e da sua

funcionalidade nas interações sociais do cotidiano e, principalmente, no contexto de sua produção. Elas são formas de conhecimento prático, por isso se preocupam em entender o conhecimento do senso comum, assim como o jornalismo, resguardadas suas diferenças (inclusive de categoria e perspectiva). Nessa acepção, o senso comum é tomado como conhecimento legítimo e passível das transformações sociais.

Segundo Jodelet (1989, p. 41), ao estudarmos as representações sociais, devemos articular “elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm”.

Em van Dijk (2008), o discurso é entendido como todo e qualquer evento comunicativo, compreendendo desde a interação conversacional até qualquer outra “semiose” ou forma multimodal de significação. Para ele, a cognição envolve tanto a pessoal quanto a social, e engloba também crenças, objetivos, avaliações, emoções e qualquer outra estrutura mental ou da memória, como as representações ou os processos envolvidos no discurso e na interação. A sociedade, na visão do autor, seria não só a inclusão do micro, como as interações interpessoais, mas também as

estruturas sociais e políticas, definidas em termos variados como grupos, relações de grupos (como dominância ou desigualdade), movimentos sociais, instituições, organizações, processos sociais, sistemas políticos até as estruturas mais abstratas das sociedades e das culturas (VAN DIJK, 2008, p. 116).

Nas análises, percebemos ideias, por vezes antagônicas e difusas, sobre a instituição polícia e/ou sobre os policiais, que, de acordo com os fatos narrados, adquirem *status* de importância em

conformidade com os interesses da vida social e dos indivíduos neles envolvidos. Entretanto, não fica claro, nas narrativas jornalísticas, quais funções devem ser atribuídas à polícia e quais comportamentos devem ser cobrados da instituição na relação com a sociedade.

O presente texto está organizado em quatro seções. Na primeira parte, debatemos a instituição Polícia e seus atores sociais no contexto brasileiro. Em seguida, expomos os aportes metodológicos das representações sociais e da Análise do Discurso. Na terceira parte, apresentamos as análises e, por fim, apontamos alguns dos principais resultados da pesquisa.

2 A instituição Polícia e seus atores sociais

A instituição Polícia, de forma quase reducionista, é comumente designada como a única responsável em gerar a segurança pública, ou seja, como instrumento de poder no controle social, pois “problemas relacionados à lei e à

ordem têm afetado a crença dos cidadãos nas instituições de justiça, estimulando não raro as soluções privadas para conflitos nascidos nas relações sociais e nas relações intersubjetivas”, conforme nos aponta Adorno (2002). Em outro aspecto, a violência é associada às funções próprias das instituições socializadoras, que disciplinam, controlam e monitoram a vida individual e social (FOUCAULT, 1976; GOFFMAN, 2012). Outra perspectiva é a observação feita por Garland (2000), que se refere à transferência das responsabilidades públicas e estatais de controle do crime para as esferas privadas.

Como bem lembra Costa (2005, p. 16-17), pensar a violência e o controle social como campos de práticas policiais é “pensar as questões que perpassam as condições e os limites de tolerância da sociedade ao conviver com a insegurança e a criminalidade urbanas crescentes”. Do mesmo modo, a pesquisadora afirma que a eficácia da Polícia no Brasil “envolve a capacidade de reflexão sobre os

diferentes papéis que lhe são atribuídos, que lhe são transferidos e que lhe são desejados”; envolve, ainda, segundo ela, a reflexão no entendimento “da ordem e do controle públicos em permanente estado de desequilíbrio” (COSTA, 2005, p. 17).

Nessa construção, buscamos em Caldeira (2000) a reflexão sobre a relação entre o universo do crime e a democracia brasileira, quando nos lembra que

a violência, tanto civil quanto de aparatos do Estado, aumentou consideravelmente desde o fim do regime militar. Esse aumento do crime e da violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos. Em outras palavras, no Brasil, a democracia política não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça e pela vida humana, mas, sim, exatamente o seu oposto (CALDEIRA, 2000, p. 56).

Ao discutir a respeito de crime, segregação e cidadania em São Paulo, Caldeira faz um apanhado histórico da Polícia e enfatiza que as atuais instituições policiais, embora sob um regime democrático, permitem que a arbitrariedade e a violência persistam.

Além disso, a pesquisadora defende que tais instituições “criam um espaço no qual os direitos podem ser diretamente contestados, como por exemplo quando os direitos humanos são identificados a ‘privilégios de bandidos’” (CALDEIRA, 2000, p. 151).

Do mesmo modo, reforça Costa (2005), no Brasil, o caráter repressivo da Polícia baseou-se desde os governos de exceção, nos pressupostos da segurança nacional e também nos requisitos da normalidade econômica. Disso foram gerados, até hoje, questionamentos sobre os resultados das ações das organizações da segurança pública no país, tanto pelos elevados índices de criminalidade e violência urbanas, quanto pelo agravamento das tensões sociais. Por isso, faz-se necessário pensar qual o papel dessas instituições na sociedade.

O pesquisador Naldson Costa (2011) sustenta que o Brasil possui uma longa tradição no emprego das forças policiais baseado em transgressões e castigos físicos impetrados principalmente

contra as populações pobres, dominadas e oprimidas. Segundo ele, desde os tempos Imperiais até a atualidade, “independente do regime de governo ou das tendências políticas no governo, o abuso de poder, o arbítrio, o castigo físico e a tortura têm sido uma forma de controle social bem característico das elites e das forças policiais” (COSTA, 2011, p. 253). E continua:

A formação que os policiais recebiam antes de 1988 era, portanto, baseada no emprego da força; não para dar segurança e garantir os direitos dos cidadãos, mas para “declarar guerra” contra a bandidagem com base numa ideologia militarista. Para combater a criminalidade, o delegado, e até o policial militar, podia invadir domicílios sem autorização judicial; podia prender e manter incomunicável o suspeito de cometer algum crime; tinha livre arbítrio para usar da violência e da arma de fogo para atirar em pessoas que esboçassem a menor reação; podia bater, humilhar e até tirar a vida das pessoas em nome da autoridade da qual estava investido (COSTA, 2011, p. 254).

O pesquisador também argumenta que as políticas de controle e a cultura do ofício de polícia foram reforçadas pelo modelo militar de

operações policiais, resultando, assim, em práticas policiais que apresentavam um excesso de poder, contribuindo para o desrespeito aos direitos civis e humanos. Por isso, antes de 1988, houve um reforço da “tese de que o regime político vigente e os próprios agentes encarregados pela segurança viam os delinquentes, os criminosos e os movimentos sociais que lutavam em busca de seus direitos, como ‘inimigos’ do Estado e da ordem vigente na sociedade” (COSTA, 2011, p. 258).

Após a democratização do país e a implantação do Estado de Direito em 1988, vários fatos envolvendo o excesso e o abuso de poder continuaram presentes no ofício de Polícia. Por isso, há um consenso entre os autores (PINHEIRO, 1997; ADORNO; CARDIA, 1999, entre outros) de que “democratizam-se as estruturas políticas, mas permanece o autoritarismo e o arbítrio implantado nas esferas da microfísica do poder, em especial no ofício de polícia, contrariando o Estado de Direitos” (COSTA, 2011, p. 261).

O certo é que a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social (CALDEIRA, 2000), assim como são estabelecidas relações de tensionamentos e conflitos entre instituições e indivíduos.

3 Aportes metodológicos das representações sociais

Considerada como um ponto de passagem do processo comunicacional, a percepção é imprescindível para entender o estar no mundo, a partir das (e com as) imagens e narrativas midiáticas, ou seja, ela corresponde ao processo de apreensão e recepção dos enunciados. Dessa forma, compreende-se que os indivíduos podem perceber as construções emitidas em entendimento mútuo ou como diferenças polarizadas. Esse processo segue as regras da ditadura da dicotomia da vida, apresentando uma ou outra escolha. Essa mesma percepção do indivíduo é dependente de como ele

vive com os membros do seu mundo social, embora membros do mesmo entorno social também tenham divergências nas percepções das narrativas emitidas. Essas diferenças podem ser provenientes das especificidades da natureza físico-biológica e psicológica de cada um, devido a suas diferenças sociais, culturais e identitárias.

Isso nos leva a entender a mídia como fonte contemporânea de representações sociais e lugar de formação de sentido e de significação, assim como lócus de compartilhamento de experiência. Nesse sentido, as representações sociais são importantes porque os indivíduos se situam e se explicam no mundo, de acordo com o que enuncia Jodelet (2001):

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão

importantes na vida cotidiana [...]. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001, p. 17).

As representações acabam orientando a conduta das pessoas na compreensão dos fatos sociais. Para Porto (2014, p. 62), "mais relevante do que saber se tais ou quais representações são falsas ou verdadeiras importa questionar por que os indivíduos ou grupos de indivíduos as concebem dessa e não de outra forma e que efeitos ou desdobramentos acarretam". É isso justamente que faz as representações sociais nortear significados e sentidos que os indivíduos criam do seu mundo, as quais, segundo Moscovici (2011, p. 46), "devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos". Ao mesmo tempo, tais representações contribuem para que o mundo "seja o que pensamos que ele é ou deve ser", mostrando que existe uma distância entre a representação e o real e

que o conhecimento e o mundo estão em constantes mudanças.

Na perspectiva moscoviciana, as representações sociais se configuram como um conjunto de crenças partilhadas por grupos ou sociedades, que é decisivo nos processos de pensamento e possui uma dinâmica moral. Ou seja, ele está relacionado à repetição e é revestido de um “tecido de banalidade” que concede ao indivíduo a segurança de estar no mundo.

O mérito das representações sociais encontra-se justamente na sua capacidade de se tornar senso comum e do senso comum se tornar representações sociais, numa via de mão dupla, à qual nem mesmo os próprios cientistas estão imunes, pois esses, como membros de uma sociedade, não são capazes de se emancipar completamente da influência do senso comum nem da influência de suas próprias crenças.

4 Análises discursivas

A editoria intitulada “Polícia” do jornal impresso *Amazônia*⁹ concentra principalmente fatos sobre violência, crimes ou mortes violentas que ocorrem em Belém, região metropolitana de Belém, interior do Estado do Pará e outras regiões do Brasil. É nessa editoria que constatamos a presença da polícia e do policial. Essa presença se configura de diferentes formas, mas tem como eixo principal ser fonte primária da informação

⁹ O jornal *Amazônia*, criado em 2000, pertence às Organizações Romulo Maiorana (ORM). É publicado diariamente em Belém do Pará, em formato *berliner* (formato de jornal cujas páginas medem geralmente 470x315 milímetros, isto é, maior que o tabloide e menor que o *Broadsheet*); assemelha-se à programação editorial de uma revista por não ter divisões claras entre as editorias. O posicionamento no mercado local tem como característica principal o preço (valor) abaixo dos concorrentes, para atingir categorias econômicas populares. Na definição da linguagem, a publicação mistura informação e entretenimento, destacando a violência. É impresso em um único caderno, tendo em média 45 (quarenta e cinco) páginas; os assuntos são divididos em: Gerais (notícias locais, nacionais e internacionais), Show (notícias do *show business*, do mundo televisivo e do jornalismo local), Esporte (em geral, o futebol) e Polícia (violência na periferia local e no país). As páginas destinadas à editoria Polícia são as últimas, incluindo a contracapa, e variam na quantidade de páginas, que oscila entre seis e oito. Há, em cada edição analisada, entre quinze e trinta matérias.



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 3, Set-Dez. 2018

sobre o crime, conforme análises das quatro capas do Amazônia, de maio a outubro de 2013. Na capa do jornal Amazônia analisado, a manchete está associada necessariamente a essa editoria, assim como a contracapa, que se constitui, em localidades periféricas da cidade de Belém, em capa principal a ser apresentada às pessoas. A linguagem do jornal *Amazônia* e sua maneira de construção dos fatos jornalísticos apelam ao caráter popular, baseando-se no seguinte tripé: informação, entretenimento e violência.

A capa do jornal representa um atrativo e um mosaico de informações e imagens diferenciadas. Diariamente, em uma única capa, encontramos informações sobre futebol, violência urbana, fotografias de mulheres seminuas e de personagens das novelas da TV. Percebemos que o jornal organiza as notícias sem recursos de referência que possam facilitar a busca rápida dos assuntos nas editorias que mais interessam ao leitor. Essa aparente

desorganização, se assim podemos chamar, é proposital. O veículo utiliza esse dispositivo técnico com a intencionalidade de fazer com que o leitor veja o jornal como um todo, antes de encontrar o assunto preferido (KABUENGE; COSTA, 2014).

4.1 Polícia e policial

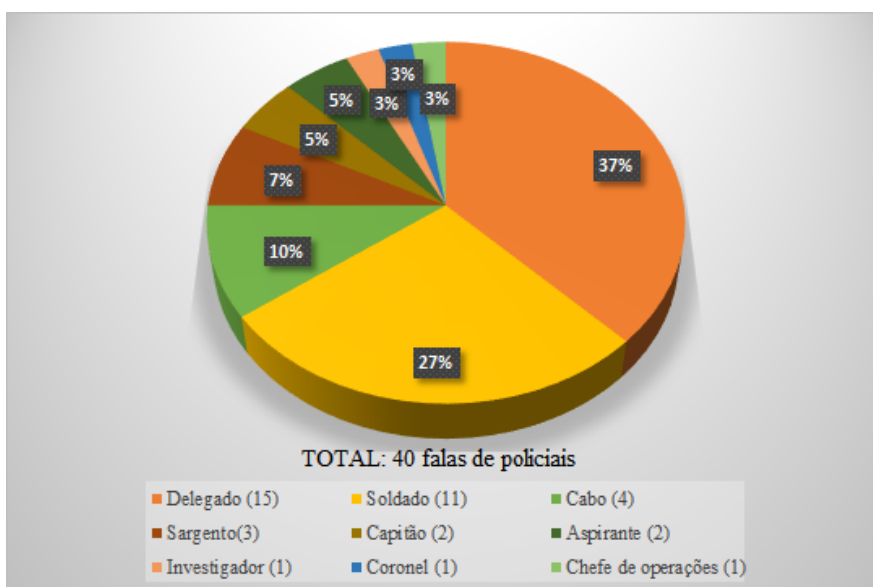
Nas quatro edições analisadas do jornal *Amazônia*, observamos que as informações são dadas principalmente pela polícia, na condição de instituição de segurança pública, mas também pela própria autoridade policial, que se configura como fonte primária ou fonte oficial do acontecimento e da notícia. Em se tratando de matérias predominantemente factuais, a presença da polícia, tanto militar quanto civil, como instituição, é observada das seguintes formas e expressões enunciativas: "de

acordo com a polícia [...]”, “segundo dados da polícia [...]”, “a polícia suspeita que [...]”, “a polícia foi acionada”, “a polícia apura ainda que [...]”, entre outras inserções.

Nas construções discursivas, a polícia é tomada como aparato de poder e de legitimidade dos fatos, de acordo com o exposto no Gráfico 01. Assim, conforme a análise do discurso, o contexto é definido como a estrutura mentalmente representada daquelas propriedades da “situação social que são relevantes para a produção ou

compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 119). Isto é, nesse evento comunicativo, é necessário determinar que participantes podem ou devem estar presentes (no caso aqui estudado, a polícia e/ou o policial são essenciais), em que papéis devem figurar, ou ainda sobre qual conhecimento ou opiniões, os participantes devem (ou não) possuir e que ações sociais podem ou devem ser realizadas por meio do discurso.

Gráfico 01 – Polícia como autoridade discursiva



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Percebemos que a figura do policial é sempre presente na cena do acontecimento que se tornou notícia. É ele que dá à imprensa os detalhes do ocorrido e relata as ações tomadas pela equipe policial quando chega ao local, mesmo que não tenha participado do evento ou tenha chegado posteriormente ao acontecido. Ele é a 'autoridade' que pode falar e narrar os fatos, em detrimento dos outros que estiveram presentes, mas não possuem o mesmo *status* de poder. Segundo van Dijk (2008), na análise do discurso são identificados quem controla, no discurso e na comunicação, os temas e a mudança de tópico. Isso significa que há um controle discursivo na construção dos fatos, isto é, a primeira fala é do policial e a última também. Essa construção pode enunciar duas perspectivas: ele é a fonte do fato e é responsável pelas informações divulgadas no veículo, pois foi a 'autoridade policial' quem disse.

Se a mídia é a principal testemunha pública dos atos de violência, ela é também o lugar para onde convergem e se explicitam vários outros discursos que passam a ser por ela configurados e/ou normatizados (institucionalizados) por uma ordem narrativa própria. Devido a esta dinâmica, os meios de comunicação têm a capacidade de operarem como produtores de consenso, por agregarem e comporem vários discursos e por refletirem produções socioculturais, definições e representações sociais. A definição do crime não é dada somente pelos jornalistas que os relatam, mas também pelas suas fontes de informação – pessoas ou representantes de instituições que aparecem nos noticiários através da fala direta ou indireta (RONDELLI, 1998, p. 151).

No caso das matérias de violência, o contexto da situação é sempre determinado na relação entre polícia e envolvidos. Os leitores tendem a aceitar, assim, pensando com van Dijk (2008, p. 121), as crenças, o conhecimento e as opiniões "através do discurso produzido por aqueles que são considerados fontes autorizadas, confiáveis ou críveis".

Constatamos também que o controle do discurso se dá pela identificação do policial, apresentando sua patente, seu nome e o batalhão do qual faz parte, no entanto, às vezes,

apenas há menção da polícia, sem determinar ou individualizar o sujeito da ação: o simples fato de incluí-lo já representa a legitimidade da ocorrência. Como fonte principal, e em muitos casos como a única fonte da matéria, observamos, conforme apontado acima, que a presença do policial confere legitimidade à notícia. Essa construção é reforçada quando o jornal destaca a voz da autoridade em discurso direto, narrando o fato a partir da sua percepção da cena do crime, e mais ainda quando esse discurso passa a se constituir como uma narrativa policial.

4.2 Entre herói e bandido

Dentre as publicações analisadas, encontramos três notícias em que o policial muda sua condição de fonte para envolvido no crime. Na edição do dia 25 de junho de 2013, publicou-se a notícia "Delegado é interrogado", que trata sobre o andamento do processo contra um delegado, acusado de ter cometido o

crime de feminicídio contra sua esposa, no município de Capanema, no Pará. A matéria tem um pequeno destaque na página, mas a notícia se resume à breve identificação do nome do delegado e de seu cargo, sem maiores informações sobre o caso e as implicações dele no crime. As fontes da matéria são a juíza titular da 2ª Vara da Comarca de Capanema e o sargento do 11º Batalhão da Polícia Militar de Capanema.

Com relação à imagem fotográfica, observamos que ela destoa das outras comumente apresentadas quando há envolvidos em crime. O jornal tem um padrão determinado de usar imagens dos acusados, nas quais seus corpos e rostos são expostos com destaque. No caso do delegado, a imagem fotográfica foi registrada por trás de uma janela de vidro, e o rosto dele está coberto por um chapéu, dificultando a identificação. Entendemos que imagem compõe uma forma de linguagem, podendo ser lida e interpretada, de acordo com os elementos que são

apresentados. Portanto, ela produz sentido, assim como pode ser analisada a partir de uma relação simbólica e ideológica de construção. No caso dessa notícia, que envolve uma autoridade policial, que deveria proteger as pessoas, os fatos são quase invisibilizados, assim como o próprio delegado, daí sua imagem estar nebulosa, escondida, como se se quisesse ocultar também os fatos.

Na edição do dia 27 de outubro de 2013, aparece uma matéria, sem a imagem dos acusados, com o seguinte título: “PMs suspeitos de crime já estão livres”, em uma única coluna na página 58. A informação – quase subsumida no jornal, sem grandes destaques – diz que quatro policiais militares de Praia Grande, no litoral de São Paulo, foram soltos junto com mais oito pessoas, todas suspeitas de fazerem parte de uma quadrilha que assaltava bancos com o uso de explosivos. Na matéria, as fontes são o advogado de defesa e o delegado responsável pelo caso, mas sem identificação destes. Os policiais e mais oito pessoas, segundo o

advogado de defesa, foram soltos porque não havia provas contra os acusados. Mas, ao mesmo tempo, observamos que o último parágrafo da matéria apresenta certa obscuridade com relação ao andamento do processo, pois afirma que existem gravações que mostram duas viaturas dando apoio às ações da quadrilha, sem destaque ao fato.

Nessa matéria como um todo, observamos a ausência de imagens e de identificação, tanto dos policiais acusados, quanto do delegado responsável pelo caso, o que nos leva a considerar a intencionalidade por traz da construção narrativa jornalística, pois é visível o contraste entre essa e as demais notícias da edição, nas quais a presença da instituição Polícia ou da figura do policial tem uma visibilidade bem maior que naquela relatada anteriormente.

Na mesma edição do dia 27/10, na página 57, observamos outra matéria com o seguinte título: “Policiais foram proibidos de usar telefone celular durante

tortura de Amarildo¹⁰". A matéria possui três colunas curtas de texto, sem imagem, localizada na parte direita inferior da página e é da "Agência O Globo", do Rio de Janeiro. Na notícia, identificamos como fonte um dos cinco policiais militares ouvidos pelo Ministério Público sobre a tortura do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. No entanto, o policial não é identificado.

Observamos que não há, por parte do veículo, nenhuma menção ao número de policiais envolvidos em crimes nos últimos tempos, fazendo uma espécie de retrospectiva, mesmo que o jornal traga, em algumas edições, casos em que essas autoridades estão envolvidas em crime.

¹⁰ Caso de grande repercussão, noticiado durante vários dias nos jornais brasileiros. Em julho de 2013, o pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, desapareceu depois de ser levado por policiais militares à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local para prestar esclarecimentos. 12 dos 25 militares envolvidos foram condenados em 2016. O caso mobilizou a sociedade civil, que se organizou em apoio à família. A história de Amarildo de Souza ganhou repercussão nacional e internacional e tornou-se símbolo de casos de abuso e de violência policiais.

Alguns apontamentos

Percebemos que as contradições discursivas presente na mídia impressa paraense são reflexos da própria história da instituição Polícia, considerando os escopos de sua implantação, assim como os marcos legais de sua atuação no país, uma vez que, em momentos históricos diferenciados, houve permissividade do uso da violência.

Assim, observamos que as ideias, por vezes, são antagônicas e difusas sobre a instituição polícia e/ou sobre os policiais, os quais, de acordo com os fatos narrados, adquirem importância, em conformidade com os interesses da vida social e dos indivíduos neles envolvidos. Não fica claro, nas narrativas jornalísticas, quais funções devem ser atribuídas à polícia e quais comportamentos devem ser cobrados da instituição na relação com a sociedade.

Do mesmo modo, a mídia atrela a segurança pública apenas ao estatuto policial, ou seja, perde a perspectiva de

mobilizar a sociedade e de refletir junto com ela, para disseminar a ideia de que a segurança pública deveria ser tomada como um campo formado por diversas organizações que podem trabalhar na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública, ao controle da criminalidade e à prevenção de violências.

Evidenciamos aqui que não é objetivo desta pesquisa configurar juízo de valor aos discursos, se são positivos ou negativos, mas buscar compreender como esses discursos mobilizam entendimentos para a sociedade e de que forma essas tentativas podem gerar tensionamentos e conflitos nas relações interativas entre Polícia e indivíduos.

Constatamos a existência de um discurso midiático híbrido e heterogêneo, no que se refere à instituição polícia e/ou ao policial, que relaciona, em determinados momentos de suas construções, a crise na segurança pública pelo viés estrutural, isto é, em que um maior número de policiais e de viaturas

resolveria a ineficiência do sistema e o problema da violência na sociedade.

Referências

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do Controle Democrático da Violência: Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio. São Paulo, 1980-1989. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.). **Violência em Tempo de Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **O que ler na ciência social brasileira**, s. n., 2002. Disponível em: <<http://bdpi.usp.br/single.php?id=001277810>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: BRAGA, J. L. et al. **Matrizes Interacionais: a comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.
- BRITO, Eduardo Manoel de. M. A Ficção e a Realidade: a imagem da Polícia na literatura dos primeiros anos da República brasileira (1889-1910). **Estudos Literários**. v. 8, n. 15, p. 119-129, 2º sem. 2007.
- CALDEIRA, Tereza. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução Frank de Oliveira; Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34; Edusp, 2000.
- CHESNAIS, J. C. **Histoire de la Violence en Occidente de 1800 à Nos Jours**. Paris: Edition R. Laffont, 1981.
- COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade. Gestão de segurança pública, violência e controle social**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- COSTA, Naldson. R. Modelo operacional, violência policial e democracia. In: SANTOS, J. V. T.; TEIXEIRA, N. A.; RUSSO, M. (Orgs). **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e**



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 3, Set-Dez. 2018

compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ELIAS, Nobert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1976.

GARLAND, D. (Review) **Crime and Social change in Middle England**: questions of order in a English town, written by Girling, I., e Sparks. London: Routledge, 2000, 211p.

GLASSNER, B. **Cultura do Medo**. Trad. Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, n. 115, p. 101-138, março. 2002.

IANNI, Octávio. Violence in contemporary society. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 12, p. 7-28, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/644/647>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JODELET, Denise. **Folies et Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KABUENGE, N.; COSTA, A. C. S. O corpo da mulher e seu lugar midiático no Amazônia Jornal. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 01 a 03 de maio 2014. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 13, **Anais**. Belém, 2014.

KOWARICK, L.; ANT, C.; OLIVEN, G.; PAIXÃO, A. L. **Violência e Cidade**. In: BOSCHI, R. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LAGRANGE, H. **La Civilité a L'épreuve**: crime et sentiment d'insecurité. Paris: Universitaires de France, 1995.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 9, n. 1, maio 1997.

PORTO, Maria Stela. Violência e representações sociais. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 60-70.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social: Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 145-157, out. 1998.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

Matérias analisadas:

BANDO aterroriza farmácia. **Jornal Amazônia**, Belém, 26 maio 2013. Polícia, p. 57.

LIMA, Bruna. Crueldade assusta população. **Jornal Amazônia**, Belém, 26 maio 2013. Polícia, p. 60.

ATO acaba em confronto. **Jornal Amazônia**, Belém, 25 jun. 2013. Gerais, p. 8.

DELEGADO é interrogado. **Jornal Amazônia**, Belém, 25 jun. 2013. Polícia, p. 45.

PMs suspeitos de crime já estão livres. **Jornal Amazônia**, Belém, 27 out. 2013. Polícia, p. 58.

PÓ até debaixo da cama. **Jornal Amazônia**, Belém, 25 jun. 2013. Polícia, p. 44.

POLICIAIS foram proibidos de usar telefone celular durante tortura de Amarildo. **Jornal Amazônia**, Belém, 27 out. 2013. Polícia, p. 57.

POLÍCIA evita invasão. **Jornal Amazônia**, Belém, 23 set. 2013. Gerais, p. 6.